

LOGÍSTICA

Fim da concessão das BRs 116 e 392 gera temor a prefeitos

Livia Araújo

livia@jcrs.com.br

O fim da concessão do Polo Rodoviário de Pelotas, que encerrou a cobrança de pedágios no início de março, abriu uma nova frente de preocupação entre os municípios da zona Sul do RS. Se por um lado há consenso sobre a necessidade de tarifas mais justas na futura concessão, por outro cresce a apreensão com a responsabilidade pelo atendimento a emergências nas rodovias, agora sem a estrutura mantida pela ex-concessionária.

A principal inquietação envolve o socorro a vítimas de acidentes, antes realizado por equipes e ambulâncias da Ecovias Sul. Com a gestão provisória do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), esse serviço deixou de ser oferecido, passando a depender das estruturas municipais, principalmente do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Presidente da Associação dos Municípios da Zona Sul (Azonasul), o prefeito de Santa Vitória do Palmar, André Selayaran Nicoletti, afirma que a entidade já notificou a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Ministério dos Transportes para obter um posicionamento formal sobre a responsabilidade pelo serviço. A partir dessa resposta, esperada para a próxima semana, a tendência é de judicialização.

“A expectativa que temos, ainda extraoficial, é de que a parte de res-

gate fique a cargo dos municípios. Isso nos preocupa muito, porque há cidades pequenas que não têm estrutura de urgência e emergência”, afirma. Segundo ele, além da limitação de recursos, há situações que exigem especialização técnica. “Em regiões como Santana da Boa Vista, com áreas mais acidentadas, a concessão previa equipes com treinamento específico, inclusive para resgates com rapel. Os municípios não têm essa expertise.”

Apesar disso, Nicoletti afirma que as prefeituras já operam com um plano de contingência elaborado pelo governo do Estado. Em Rio Grande, uma das cidades mais impactadas pelo polo rodoviário, a prefeita Darlene Pereira confirma que a mudança exigiu adaptação imediata. O município passou a reforçar sua estrutura do Samu para cobrir o trecho até Pelotas, considerado estratégico para o escoamento de cargas até o porto. “Estamos buscando a ampliação de viaturas e já disponibilizamos uma ambulância reserva para esse atendimento. Também planejamos um posto avançado na Vila da Quinta, que fica no meio do trajeto, para dar mais agilidade”, afirma.

Apesar de não ter problemas desde o início da operação, Darlene destaca que a ausência do serviço de ambulâncias na estrutura federal é um problema estrutural. “O Dnit está com contratos para manu-



DANI BARCELLOS/ESPECIAL/JC

Principal questão está ligada ao atendimento médico em acidentes nas rodovias federais, além dos possíveis pedágios free flow

tenção e sinalização, mas não inclui o atendimento de saúde. Não é que o órgão não queira fazer, é que isso não está no escopo. Por isso a discussão da judicialização”, explica.

Além da questão emergencial, os municípios também acompanham com atenção o desenho da nova concessão, batizada de Rota Portuária do Sul, que prevê mais de R\$ 10 bilhões em investimentos e a implantação de 14 pórticos

de cobrança no sistema free flow.

Embora haja concordância com o modelo de cobrança por quilômetro rodado, considerado mais justo, os prefeitos criticam a localização de alguns pontos. “Há portais que cortam áreas urbanas. Em Rio Grande, por exemplo, a previsão é de um pórtico na Vila da Quinta, com dezenas de milhares de moradores que teriam que pagar para se deslocar dentro do próprio município”, aponta Nicoletti. Darlene reforça a preocupação. “Esses pontos não podem estar em áreas de fluxo urbano, porque isso inviabiliza a

mobilidade da população. Estamos pedindo revisão.”

Outro ponto sensível é a inclusão de obras no custo da concessão, o que pode impactar a tarifa. Os municípios defendem transparência na composição dos valores e priorização de investimentos. Em Rio Grande, a prefeita destaca a importância da conclusão do lote 4 da BR-392, considerado estratégico para o porto, mas admite que o ideal seria que obras desse tipo fossem custeadas diretamente pela União. “Se estiverem na concessão, precisam ter clareza no impacto tarifário”, complementou.

Marroni minimiza impacto sobre o Samu em trechos de Pelotas

O prefeito de Pelotas, Fernan-do Marroni, uma das principais cidades da região, adotou um tom mais cauteloso. Segundo ele, o sistema tem funcionado adequadamente com a estrutura atual.

“Está sendo muito tranquilo. Desde o fim da concessão tivemos 13 acidentes e todos foram atendidos prontamente, com tempo de resposta entre quatro e 11 minutos”, afirma. O atendimento é coordenado pela central do Samu, que aciona a ambulância mais próxima disponível ao longo do trecho.

De acordo com Marroni, não houve necessidade de ampliar equipes ou frota. “Com o nível

de ocorrências atual, é plenamente possível atender com a estrutura que já existe.” Ele destaca ainda que, somadas, as ambulâncias disponíveis na região superam o número que era mantido pela concessionária.

Apesar da avaliação positiva no curto prazo, o prefeito concorda que o modelo exige monitoramento contínuo e articulação entre municípios, governo do Estado e órgãos federais.

Já em relação à futura concessão, Marroni reforça críticas ao formato proposto, especialmente quanto à inclusão de obras no cálculo da tarifa de pedágio. Para ele, investimentos estruturais

não devem ser repassados ao usuário. “A concessão não pode incluir trechos exagerados de construção de novas rodovias, porque isso aumenta a tarifa para toda a malha”, afirma. Ele cita como exemplo a ponte internacional de Jaguarão e intervenções na BR-392. “Essas obras devem ser bancadas pelo Tesouro, não pelo pedágio.”

O prefeito também defende tarifas mais baixas e critica a localização de pórticos de free flow em áreas urbanas. “Eles precisam ficar nas divisas entre municípios, não dentro das cidades, para evitar que as pessoas paguem para se deslocar internamente”, afirma o prefeito.

Azonasul vai notificar o Dnit nesta segunda-feira sobre atendimentos médicos

A Associação dos Municípios da Zona Sul (Azonasul), que representa 23 municípios do Sul do Estado, envia nesta segunda-feira (23) ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) uma notificação extrajudicial para buscar definições quanto à prestação de serviços de emergência no trecho Sul da rodovia BR-116 e na BR-392. Desde o fim da concessão para exploração de pedágios na via, ocorrida no início de março, a responsabilidade por resgates médicos ficou a cargo dos municípios, por meio de ambulâncias do Samu.

A partir do recebimento da notificação, o órgão terá um prazo de

72 horas para uma manifestação. No documento, o presidente da entidade, André Selayaran Nicoletti – prefeito de Santa Vitória do Palmar, requer que o órgão federal esclareça “quais medidas operacionais estão sendo adotadas para garantir a segurança dos usuários da rodovia, sobretudo devido a urgência urgentíssima, pois o usuário está completamente desassistido na segurança mínima nas rodovias”, além da adoção de “medidas emergenciais destinadas à implantação ou restabelecimento imediato dos serviços essenciais de segurança rodoviária, anteriormente mantidos pela concessionária”.